

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 24/2019, em que são recorrentes **António Zeferino de Oliveira** e **Rafael Alves Lima**, e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 13/2020

(António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão)

I. Relatório

1. O resumo da peça impugnatória já constava do *Acórdão 37/2019, de 15 de outubro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado pelo *Boletim Oficial*, I Série, n. 110, de 29 de outubro, pp. 1828-1835, que admitiu a trâmite o pedido de amparo, de modo que neste acórdão limitamo-nos a transcrever o que consta da parte descritiva do aresto em causa:

“1. António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima, com [...] os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 48/2019, de 11 de setembro, através do qual o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça indeferiu o seu pedido de habeas corpus n.º 51/2019, vem, ao abrigo do artigo 20º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde, interpo[seram] recurso de amparo contra aquele aresto, e, ao mesmo tempo, requerer que seja adotada medida provisória, nos termos dos artigos 11º e 14º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo), alegando, em síntese, que: 1.1. Foram detidos e na sequência do primeiro interrogatório foi-lhes decretada a prisão preventiva, ao abrigo da qual se encontram privados do seu direito à liberdade, desde o dia 14 de abril de 2016; 1.2. Foram julgados e condenados pela prática do crime de tráfico internacional de droga; 1.3. Não se conformando com a douta sentença, interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Sotavento, que confirmou a condenação através do acórdão n.º 88/2017; 1.4. Desse aresto interpuseram recurso para o Supremo Tribunal de Justiça que, por via do Acórdão n.º 39/2018, rejeitou as suas alegações; 1.5. Alegam que nunca foram notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018, o que, em seu entender, constitui uma violação do

artigo 142º nº 2 do CPP, e, por conseguinte, uma nulidade insanável, nos termos do artigo 151º al. h) do CPP; 1.6. Consideram que se encontram em situação análoga à dos coarguidos Leny Martins e Fernando Varela, os quais, encontrando-se em situação idêntica à sua, tendo interposto recurso de amparo, este foi admitido pelo Tribunal Constitucional através do acórdão 28/2019, de 16 de agosto de 2019; 1.7. O facto de não terem sido notificados pessoalmente do Acórdão n.º 39/2018 e a admissão dos recursos de amparo interposto pelos coarguidos Leny Martins e Fernando Varela fez com que o referido acórdão não transitasse em julgado, pelo que se encontram em prisão preventiva por mais de 38 meses e, por isso, a única via legal que tinham à sua disposição face à prisão que entendem ter-se tornado ilegal, era a providência de habeas corpus, consagrada no artigo 36º da CRCV e 18º e seguintes, do CPP; 1.8. Assim, tendo em conta o acima referido, a 6 de setembro de 2019, requereram habeas corpus junto [ao] Supremo Tribunal de Justiça, que o indeferiu, essencialmente, com base no fundamento de que não ficou provado que os recorrentes estavam em regime de prisão preventiva e consequentemente não havia também razões que justificavam a providência requerida; 1.10. Inconformados com os fundamentos apresentados pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça para indeferir o seu pedido, recorreram para o Tribunal Constitucional para pedir o restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias, nomeadamente, o direito ao contraditório, à liberdade e à presunção da inocência, consagrados nos artigos 29º, 30º, 31º nº 4 e 35º n.ºs 1 e 6, todos da CRCV”. Pedem, para o que interessa em sede de mérito, que “sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados (Contraditório, liberdade e presunção de inocência)”,

2. Depois de admitido por aquela decisão de 15 de outubro destaca-se a seguinte tramitação:

2.1. Foi distribuído no mesmo dia ao JC Pina Delgado que assumiu a função de relator do processo;

2.2. A 18 de outubro este despachou no sentido de se notificar a entidade recorrida e subsequentemente o Ministério Público;

2.3. A primeira optou por nada dizer e a segunda entidade acabou por devolver o processo ao Tribunal Constitucional sem oferecer promoção no dia 28 de novembro de 2019;

2.4. A 20 de abril de 2020, nos termos conjugados do artigo 21 da *Lei do Amparo e do Habeas Data* e dos números 1 dos artigos 6º e 7º da *Lei que Estabelece Medidas Excepcionais e Temporárias para fazer face à Situação Epidemiológica Causada pelo Coronavírus e pela Doença COVID 19*, o Juiz-Relator depositou projeto de acórdão por via eletrónica e pediu a inclusão do processo na pauta de julgamentos desta Corte, decorrendo disso despacho do Presidente, também comunicado eletronicamente, marcando sessão a realizar no dia 23 de abril por videoconferência.

2.5. No dia marcado realizou-se por esta via sessão de apresentação dos votos que contou com a presença dos juízes do Tribunal Constitucional, do Secretário da Corte, do mandatário dos recorrentes e de um colaborador do Tribunal. O Ministério Público, não obstante ter sido notificado, optou por não comparecer, e o público, apesar da divulgação feita através da página do Tribunal, não se inscreveu para ter acesso.

2.5.1. Depois das palavras de enquadramento do Presidente, o Relator do processo apresentou um resumo do seu projeto de acórdão e votou;

2.5.2. Em seguida o JC Aristides R. Lima votou com o relator, tendo na ocasião questionado sobre a necessidade do alerta de eventual inconstitucionalidade incluído no projeto de Acórdão;

2.5.3. Na sequência votou o JCP no mesmo sentido, destacando o facto de o desfecho deste pedido praticamente já estar traçado, considerando-se o que já havia sido decidido no acórdão de admissibilidade 37/2019 e no Acórdão 50/2019.

2.6. Depois de feito o apuramento e anunciado o resultado o Presidente pôs termo à sessão, ficando incumbido o Relator de apresentar a versão final do projeto de acórdão aos outros juízes para efeitos de arbitragem e definição dos seus termos finais, cujo resultado se elenca abaixo.

II. Fundamentação

1. Conforme se pode extrair da sua peça petítória, o fundamento do pedido dos recorrentes resulta de uma conjugação complexa de argumentos que podem ser sumarizados da seguinte forma: tendo co-arguidos duas pessoas – os Senhores Leny Martins e Fernando Varela – que beneficiaram de medida provisória de soltura

determinada por este Tribunal por não terem sido pessoalmente notificados de decisão condenatória entendem que o tribunal recorrido deveria ter deferido o seu pedido de *habeas corpus*. Como dizem, por estarem em situação análoga à dos seus co-arguidos. Ao não fazê-lo, na sua opinião, violaram o seu direito ao contraditório, à liberdade e à presunção da inocência.

Portanto, o fundamento deste pedido radica no entendimento de que o órgão recorrido deveria, com base no acórdão de admissibilidade do Tribunal Constitucional de nº 24/2019, de 4 de julho, *Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1580-1585, ter concedido *habeas corpus*, pois, na sequência de pedido de amparo interposto por co-arguidos no mesmo processo, a decisão condenatória não tinha transitado em julgado, o que significa que estariam ainda em prisão preventiva. Destarte, seria aplicável o limite constitucional de trinta e seis meses de subsistência deste estatuto, e, conseqüentemente, estariam mantidos em prisão fora dos prazos legais.

O Tribunal recorrido assim não entendeu. Além das dúvidas em relação à idoneidade do meio de reação que atribuem a uma tese peregrina – argumento que optam por não desenvolver –, arrazoam que: primeiro, a ausência de prova de não-notificação, que, nos termos da interpretação esposada, caberia a quem alega; segundo, ao facto de perante essa hipótese não terem reagido a tempo contra o que seria uma omissão da secretaria; terceiro que, mesmo na hipótese de tal se poder dar por provado, a correta interpretação do direito aplicável, de modo algum determinaria o deferimento do *habeas corpus*. Isso porque o regime jurídico só menciona a obrigação de notificação pessoal de sentenças e não de acórdãos, opção que se justifica pelo facto de, como regra, o Supremo Tribunal de Justiça somente julgar em matéria de direito e não de facto, entendimento acolhido pelos nossos tribunais e, segundo ressalta, pela jurisprudência e doutrina portuguesas.

“*Em resumo*” diz o douto acórdão impugnado, que “*mesmo quando se conceda, algo que não se deve, que está provado que os ora requerentes não foram notificados pessoalmente do acórdão 39/2018, mas somente através dos seus mandatários, e, ainda, que tal tem sucedido por o STJ ter entendimento restritivo da citada norma do nº 2 do art.º 142º do C.P.P, diferenciando o acórdão do STJ dos demais atos decisórios dos*

Juizes, ainda assim, a notificação feita aos arguidos, ora requerentes, no dia 12 de Outubro de 2018, mesmo que unicamente aos seus mandatários (algo que não está provado – diga-se uma vez mais), fez iniciar o decurso do prazo para trânsito em julgado do respetivo acórdão, e não vislumbramos a ocorrência de um qualquer fato interruptivo ou suspensivo desse mesmo prazo. Ademais não se perceberia muito bem que o STJ mandasse baixar um recurso antes do trânsito em julgado do acórdão proferido, como no presente caso. Não fosse de entender assim, ou seja, fosse de entender que o art.º 142º/2 deva ser entendido para abarcar situações como a do presente habeas corpus, e se nenhum dos arguidos em cumprimento de pena de prisão efetiva, na sequência de decisões condenatórias proferidas em acórdãos desta instância, então teríamos de estar preparados para a soltura quase que generalizada de presos, se os mesmos, por regra não vêm sendo notificados pessoalmente, nos termos do entendimento dos ora requerentes. Assim, e porque não está provado que os ora requerentes estão em situação de presos preventivos e nem se mostra decorrido o tempo de prisão em que forma condenados (+ de 8 anos) o pedido deve improcede[r], nos termos da d) do art.º n.º 20 n.º4”.

2. Para responder às questões jurídicas relevantes, o acórdão promoverá:

2.1. Primeiro, uma discussão abstrata a respeito da exigência constitucional de que um arguido tome conhecimento de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que lhe diz respeito nos casos em que ainda é possível reagir processualmente;

2.2. Segundo, a apreciação concreta da questão de fundo de se saber se tal entendimento de alguma forma poderia beneficiar os dois recorrentes, o que passará pela determinação de ainda estarem abrangidos pelo estatuto de arguido no momento em que interposeram este recurso especial;

2.3. Complementarmente, se se mostra justificado encaminhar os autos ao Ministério Público para que o Procurador-Geral da República possa eventualmente suscitar a fiscalização concreta e abstrata da constitucionalidade de norma hipotética aplicada pelo tribunal recorrido.

3. Ainda em jeito de enquadramento, é de se reter que este recurso é apreciado e decidido pelo Tribunal num momento em que diversas decisões já foram adotadas e que

se entrecruzam com maior ou menor intensidade com os elementos constitutivos do presente pedido e dos seus fundamentos. Portanto, é absolutamente necessário trazer à colação arestos desta corte constitucional que, cada qual ao seu modo, podem ter relevância para a boa decisão deste pedido. Alguns, considerados de forma ampla, poderiam servir para sustentar as pretensões dos recorrentes, pois, em parte, convergem com a ideia de que não há trânsito em julgado quando se interpõe um recurso de amparo.

3.1. Assim, é relevante o entendimento que o Tribunal foi construindo a respeito das situações em que um arguido mantém o estatuto de preso preventivo, as quais dependem sobretudo da manutenção da sua inconformação em relação a eventuais decisões desfavoráveis dos órgãos judiciais, manifestando-o de forma consistente e tempestiva através da interposição de recursos de qualquer espécie perante os órgãos competentes.

3.1.1. Assim, ficou assentado com a decisão *Alexandre Borges* em que o Tribunal expressou entendimento segundo o qual *“As decisões dos tribunais sobre direitos, liberdades e garantias fundamentais só passam em julgado se não forem objeto de recurso para o Tribunal Constitucional e tendo o sido, transitam em julgado após a decisão desta instância. Assim, no entender desta Corte, qualquer recurso dessa natureza tem o condão de impedir o trânsito em julgado relativamente à decisão impugnada, não se podendo endossar, sem embargo do reconhecimento de todo o esforço de fundamentação empreendido, a tese adotada pelo Supremo Tribunal de Justiça”*, concluindo o segmento considerando que *“O entendimento deste Tribunal é que sim pelas mesmas razões já consideradas para responder a questão tratada no segmento anterior, ou seja, de que haveria, no fundo, um efeito de desproteção da posição jurídica que o titular de um direito ao amparo pode contar precisamente porque, nos termos da interpretação que se considera incompatível com a garantia de presunção da inocência dos arguidos, haveria um efeito de esvaziamento tanto simbólico, como prático, do recurso de amparo, já que, ainda que interposto imediatamente a seguir ao suposto ato lesivo, portanto estando na mesma cadeia temporal dos demais recursos, é colocado perante uma decisão que por si só levaria o peso da sua própria definitividade e estabilidade. Não é o que o sistema, a Lei Fundamental ou a lei determinam”* (3.3.5). Complementando com posições relativas à possibilidade de constituição de casos julgados parciais, sublinhando, no essencial, que *“O que autoriza a conclusão de que o*

pressuposto de base do caso julgado parcial não é a falta de interposição de recurso por parte do recorrente relativamente a determinado facto, mas sim a falta da sua interposição em relação a este mesmo facto por parte de todos os intervenientes processuais com legitimidade para tal, o que engloba não só o recorrente como o Ministério Público e o assistente, sobretudo o primeiro, especialmente relevante para a presente situação. Portanto, só se forma o caso julgado parcial quando o interessado se conformar com uma parte da decisão e concomitantemente sobre ela não incidir nenhum recurso ou o ocorrer da procedência de outros recursos dos quais não se possam extrair consequências legalmente impostas relativamente a toda a decisão recorrida” (3.4.4), pressuposto a partir do qual fundamentou e concluiu que “*Por tudo o que fica exposto, não parece nesta situação concreta [que] a tese do caso julgado parcial se mostre compatível com o pr[í]ncipio da presunção de inocência do arguido. Pois, não se pode considerar que uma parte da sentença transitou em julgado quando a conduta do arguido esteja ainda a ser reapreciada pelo tribunal de recurso. Considerar que a tese do caso julgado parcial não pode prosperar nestes autos significa que até ao trânsito [em] julgado do aresto deste Tribunal, o arguido encontra-se em regime de prisão preventiva”* e que “*Sendo assim, na pendência do recurso, não houve trânsito em julgado da sentença. Logo, o limite máximo da manutenção do arguido em prisão preventiva no momento em que este recurso foi interposto já tinha sido ultrapassado, originando a violação do direito e justificando, naquele momento específico, a sua colocação em liberdade, e determina[n]do no momento atual que o Tribunal Constitucional ordene a sua soltura imediata como amparo mais adequado”*”.

3.1.2. Ademais, o Tribunal já havia decretado medida provisória com elementos parcialmente similares à presente situação, quando conheceu o pedido formulado pelo Senhor Judy Ike Hills, no sentido que lhe fosse devolvida a sua liberdade sobre o corpo, pois se encontrava em prisão preventiva há mais de trinta e seis meses. O Tribunal nesta situação havia considerado com base no precedente *Alexandre Borges v. STJ* que, em princípio, o recurso de amparo impediria o transitu em julgado da decisão da última instância judicial e que, portanto, havendo impugnação por meio de amparo constitucional e enquanto não houvesse uma decisão sobre o mérito da causa que pusesse fim à demanda, a posição do recorrente não poderia deixar de ser de preso preventivo (v. *Acórdão nº 9/2019, de 28 de fevereiro, Judy Ike Hills v. STJ, decisão de admissibilidade*

e adoção de medida provisória, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 29, 24 de março de 2019, pp. 511-518).

3.1.3. Doutrina que voltou a acolher e a desenvolver na decisão de mérito Ayo Obire v. STJ, em que considerou, de forma clara que “3.5.4. No caso concreto do precedente Alexandre Borges, estava-se perante um caso em que se impugnava interpretação de órgão judicial recorrido, segundo a qual, sendo, na sua opinião, o recurso de amparo um recurso extraordinário, ele não obstaría o trânsito em julgado da decisão recorrida. O Tribunal rejeitou essa tese, considerando que ela lesava o próprio direito subjetivo ao amparo do recorrente, esvaziando a eficácia de uma possível decisão estimatória, sobretudo que visava a proteção de garantia associada ao direito à liberdade sobre o corpo. Evidentemente, este segmento decisório não se aplica ao caso presente que envolve o pedido do Senhor Ayo Abel Obire, designadamente porque este não interpôs qualquer recurso de amparo em relação à sua condenação, até porque sequer recorreu da sentença de primeira instância. Logo, o seu direito subjetivo ao amparo nunca seria atingido por tal decisão, nem tão-pouco a sua garantia à presunção da inocência, haja em vista que a sua culpa foi determinada de modo irrecorrível, já que tendo conhecimento da sentença da primeira instância a ela se conformou. O que pretende é, outrossim, beneficiar-se de recurso de amparo interposto por um coarguido em processo penal. Sendo assim, as únicas orientações que poderiam ser arroladas para aplicação no seu caso teriam a ver com a questão do caso julgado parcial, base de fundamentação utilizada pelo órgão recorrido naquela ocasião para rejeitar a tutela de direito alegadamente violado. Isso porque esta Corte considerou por meio desse acórdão que não se constituiria caso julgado parcial quando tenha havido um recurso que permitisse ao órgão ad quem decidir a favor do recorrente ainda que o mesmo não tenha recorrido, limitando claramente o precedente ao caso concreto e adotando uma perspectiva de avaliação dessas situações caso a caso. Naquela situação, tratava-se de um recurso ordinário interposto pelo Ministério Público a questionar uma decisão de absolver o arguido de um crime e de concomitantemente requerer o aumento da pena aplicada por outro, o qual, dentro dos poderes de cognição do tribunal superior abriria a possibilidade de se reavaliar a própria condenação. Situação que não é igual à que se tem em mãos, pois, sendo certo que houve recurso ordinário interposto por um coarguido que foi julgado improcedente, a decisão que poderia beneficiar o recorrente nos autos foi adotada no quadro de um pedido de amparo, um recurso personalíssimo, pois

acoplado a um direito subjetivo fundamental que foi utilizado pelo Senhor Judy Ike Hills, mas que o recorrente até recentemente manteve-se completamente alheio, deixando precocemente precluir a possibilidade de o usar na medida em que prescindiu até de pedir reparação pelas vias ordinárias através dos recursos disponíveis. Do que decorre que neste momento o Tribunal Constitucional não determinou uma reapreciação da conduta do Senhor Ayo Abel Obire na sequência do Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, mas simplesmente das circunstâncias probatórias que levaram à condenação do coarguido Senhor Judy Ike Hills. Perante tais dados, ainda que o tivesse feito um coarguido seu, por meio de recurso ordinário e de um recurso constitucional de natureza pessoalíssima como o amparo, muito dificilmente o Tribunal poderia considerar algum efeito possível sobre o seu estatuto processual e a rejeição do argumento de que se constitui em tais situações, por oposição àquelas em que de forma persistente e tempestiva, portanto sem hiatos e de acordo com os prazos processuais aplicáveis, um coarguido vai mostrando a sua insatisfação ora pela incorreta avaliação dos factos e do direito, ora por deficiente calibração da interpretação face a normas constitucionais, um caso julgado parcial. Este, independentemente, solidifica uma decisão judicial e, por mais questionável que ela possa ser, a sua adequação cede perante a segurança jurídica que decorre da sua não contestação. 3.5.5. Sendo assim, nesta perspetiva, o Tribunal Constitucional não teria margem para considerar que a decisão condenatória de primeira instância que um recorrente nestes autos, então arguido, optou por não reagir, não tenha transitado em julgado e que não se tenha determinado de forma definitiva a sua culpa. E assim operando, ao nível processual penal, uma mudança significativa de estatuto de arguido e de preso preventivo, ao qual se aplica o limite temporal previsto pelo número 4 do artigo 31, para condenado em situação de cumprimento de pena. 3.6. Portanto, reconhecendo tal dispositivo uma garantia fundamental construída enquanto regra constitucional, a sua aplicação primária determinaria, no fundo, uma operação de subsunção destinada a verificar se a hipótese em análise – a situação do Senhor Ayo Abel Obire – estaria abrangida pela norma, o que aconteceria se ele, primeiro, fosse um preso preventivo e, segundo, se estivesse cerceado da sua liberdade ambulatoria há mais de trinta e seis meses. Efetivamente, a sua capacidade de movimentar o seu corpo está limitada, neste momento há mais de trinta e seis meses. Ocorre, porém, que não o está por ser preso preventivo. Outrossim, em razão de sentença condenatória que por não ter recorrido transitou em julgado e que, depois disso, deixou de ser atacável diretamente por meio de recurso ordinário ou por

recurso especial, nomeadamente constitucional, mas só e eventualmente por outras vias. Colocando-se a si próprio numa posição passiva perante o processo, correu o risco de depender da avaliação que o Tribunal fizer da bondade de inconformação alheia ou de poder invocar alguma situação especial que por hipótese lhe permita agir. Isso, pelo menos até à data de interposição do recurso de amparo não pode ser imputado ao órgão judicial recorrido e por isso o Tribunal Constitucional não pode determinar que o acórdão impugnado violou os direitos do recorrente desse modo” (Acórdão nº 27/2019, 9 de agosto, Ayo Abel Obire v. STJ, sobre violação da liberdade sobre o corpo e da garantia de não se ser mantido em prisão preventiva por mais de trinta e seis meses, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1596-1608, para. 3.5.4.).

3.1.4. Por último e, com maior peso para a situação concreta, o Tribunal já havia ordenado a decretação de medida provisória em recurso de amparo requerido pelos coarguidos nos mesmos autos que os ora recorrentes, Leny Martins e Fernando Varela, com fundamentos aparentemente similares, tendo considerado que razões ponderosas, especialmente os dois precedentes referidos, ditariam a sua libertação imediata. Isso, na medida em que o Tribunal assumiu que *“a conduta que se traduziu na alegada omissão de notificação pessoal dos recorrentes e que tem uma forte probabilidade de vir a ser considerada como violadora do direito ao contraditório expressamente invocado pelos recorrentes e eventualmente de outros direitos fundamentais, nomeadamente, o direito ao recurso de amparo, não pode ser dissociada da alegada violação do direito a não ser mantido em prisão preventiva além dos trinta e seis meses, na medida em que a parte do acórdão n.º 39/2018 que havia sido impugnada está lógica, natural e funcionalmente ligada ao direito com base no qual se requereu a presente providência. Tendo o primeiro pedido impugnatório incidido sobre a própria conduta que conduziu à privação da liberdade, a sua impugnação através do recurso de amparo obsta que a decisão recorrida nesta parte adquira qualquer definitividade, impedindo efeitos sobre o estatuto jurídico-processual dos recorrentes”* (Acórdão nº 28/2019, de 16 de agosto, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ, decisão de admissibilidade e adoção de medida provisória, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1609-1618).

3.2. Entretanto, sobre a questão de fundo o Tribunal veio tomar posição por meio de outro aresto, o *Acórdão nº 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, para. 2.2.2, considerando num longo arrazoado que nos permitimos reproduzir que “O problema relacionado a essa questão é que o número 2 elenca um conjunto de decisões cujo regime de notificação foge à regra estipulada pelo número 1 no sentido de que elas, em princípio, são feitas na pessoa do advogado ou defensor, sem necessidade de o ser também na pessoa do arguido. O motivo porque as decisões elencadas no número 2 têm um regime diferente tem essencialmente a ver com o peso que essas decisões têm sobre os direitos do arguido, especialmente os seus direitos de defesa que, se forem violados, podem colocar em cheque a sua própria liberdade sobre o corpo, pelo que o legislador não se contenta apenas com a notificação ao advogado em tais casos. Antes exige que elas sejam também feitas pessoalmente ao arguido, pois são de sua titularidade – e não do advogado – os direitos que podem ser violados e é ele e não o seu mandatário judicial quem deve ter a última palavra a respeito da impugnação de eventuais decisões desfavoráveis ou não. Naturalmente, justificando-se por este mesmo motivo, mas conforme uma dimensão complementar, que também o mandatário seja notificado para que o arguido não fique colocado numa situação em que recebe uma comunicação judicial e não saiba, por ausência de auxílio profissional, como manejar corretamente os mecanismos de tutela previstos pela lei. 2.2.3. Assim, a escolha normativa vertida para o número 2 do artigo 142 não é um mero capricho do legislador ordinário, mas sim uma determinação dos direitos de defesa do arguido, onde se incluem além do contraditório e da ampla defesa, também o direito ao recurso, que poderão objetivamente ser debilitados caso tais decisões não sejam notificadas pessoalmente ao arguido, mesmo que o tenham sido ao seu mandatário. Por exemplo, por imposição daqueles direitos, a sentença, ainda que tenha sido notificada ao defensor, tem necessariamente que o ser pessoalmente também ao arguido. E isto independentemente dos deveres funcionais e deontológicos que o advogado tem como profissional para com o arguido no sentido de lhe transmitir todas as eventuais notificações de decisões havidas no decurso do processo que patrocina em seu nome, para que o mesmo possa concertar com ele a melhor forma de o defender. Precisamente porque até antes dos deveres que o mandatário tem para com o seu constituinte cuja preterição poderá resultar na violação de deveres deontológicos e gerar

responsabilidade disciplinar ou até civil, existem deveres que o próprio Estado possui, nomeadamente os de garantir o exercício do contraditório, da defesa e do recurso. Caso por algum motivo o advogado ou defensor não comunique determinada decisão ao arguido este fica objetivamente impossibilitado de exercer aqueles direitos fundamentais, suportando um ónus constitucionalmente ilegítimo. Estar-se-ia, por conseguinte, perante vulneração de proteção conferida pelo direito, precisamente porque a eventual responsabilização disciplinar, mesmo quando funcionasse, não seria suficiente para compensar os riscos que os arguidos ficariam expostos em casos de incúria, desinteresse ou até de juízos morais dos seus próprios mandatários constituídos – mais ainda quando são externamente indicados no âmbito da assistência judiciária –, sobretudo em casos socialmente impactantes, que envolvem crimes graves cometidos contra pessoas indefesas em sociedades pequenas como a nossa.

2.2.4. Daí a lei consagrar essa exigência constitucional de determinar que certas decisões, concretamente a acusação, o despacho de pronúncia ou não-pronúncia, ou despachos materialmente equivalentes, o despacho que designa dia de julgamento, a sentença, bem como o despacho relativo à aplicação de medida de coação pessoal ou de garantia patrimonial ou a dedução de pedido de indemnização civil, devam ser pessoalmente notificadas ao arguido, além é claro de também o serem ao mandatário.

2.3. Portanto, relativamente à obrigatoriedade de notificação pessoal dessas decisões ao arguido não existem dúvidas de todo, pois a lei é taxativa em dizê-lo. O problema prende-se essencialmente com as decisões dos tribunais superiores, especialmente quando são desfavoráveis aos arguidos. É um problema exatamente porque já sabemos que terminologicamente essas decisões são chamadas de acórdãos por imposição do número 2 do artigo 149 do Código de Processo Civil, segundo o qual “as decisões colegiais têm a designação de acórdãos”, e, embora materialmente considerados, não divirjam muito da sentença, não parece que o legislador ordinário as tenha consagrado expressamente entre as decisões cuja notificação obrigatoriamente deve ser feita, além de ao advogado ou defensor, também na pessoa do arguido.

2.3.1. Entretanto, também não se afigura evidente que o legislador ordinário as tenha expressamente subtraído do leque legal, porque, pela sua grande similitude material com a sentença, não seria irracional se as equiparasse a esta decisão, garantindo-lhes o mesmo regime. Agora, caso assim não fosse e o legislador não tivesse deixado qualquer margem de manobra, manifestando claramente a intenção de que os acórdãos não precisam de ser pessoalmente notificados ao arguido, seria um problema normativo que, como já afluído em algumas decisões, não deve ser resolvido em sede

de recurso de amparo, mas sim em processo de sindicância de normas, mormente o recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade. 2.3.2. Como ficou assente na última decisão em que o Tribunal se pronunciou sobre o assunto, concretamente no Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ*, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de *in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178/para. 5.10., remetendo para a restante jurisprudência, “5.10. (...) o Tribunal já se pronunciou em vários arestos que no escrutínio de amparo que se deve aplicar à conduta do órgão recorrido o que se deve fazer é averiguar se no caso concreto este levou na sua operação hermenêutica em devida consideração os direitos, liberdades e garantias do recorrente, pelo que o Tribunal na hipótese de responder positivamente recusará o amparo, concedendo-o, entretanto, em caso negativo (v. Acórdão nº 8/2018, de 25 de abril, *Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, Boletim Oficial, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21/para. 12). No entanto, casos existem em que a única interpretação possível das normas aplicáveis à situação concreta leva a uma situação de desconsideração dessas posições jurídicas fundamentais. Nesse tipo de caso, não se pode imputar a conduta ao Tribunal judicial, na medida em que o mesmo fez a única interpretação possível e aplicou-a à situação concreta (Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, *Maria de Lurdes v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, Boletim Oficial, I Série, nº 42, 21 de julho de 2017, pp. 933-950/para. 2.3.5, e Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, *Martiniano v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, Boletim Oficial, I Série, nº 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 5. e 6)”. 2.3.3. Todavia não é esta a situação. A legislação processual penal cabo-verdiana não é clara neste particular. A nível ordinário quer uma quer outra interpretação é defensável e, se não tivessem que ver com direitos, liberdades e garantias, não caberia a esta Corte tecer considerações sobre a hermenêutica do tribunal recorrido, pois faltar-lhe-ia competência para tal. Entretanto, é possível que essa operação interpretativa tenha efeitos sobre direitos, liberdades e garantias, designadamente sobre as já referidas garantias ao contraditório, à ampla defesa e ao recurso. E, com efeito, não se descarta a possibilidade desses efeitos serem ilegítimos e constitucionalmente insuportáveis, daí a legitimidade de o Tribunal Constitucional conhecer a questão, eventualmente concedendo o amparo caso considere que houve violação de posição jurídica subjetiva fundamental do recorrente. Não porque se deva tratar da dimensão específica que não tenha natureza constitucional,

nomeadamente o modo como se comunica uma decisão judicial para efeitos de conhecimento e eventual ação. Isto é, se isto é feito através de uma notificação ordenada por um juiz, se o é pela secretaria, através de oficial judicial, etc., ou se, alternativamente, por qualquer outro meio que um sistema jurídico processual pudesse engendrar. Mas sim porque na sua base existe um efeito desses direitos no sentido de que uma decisão judicial deve ser forçosamente comunicada aos titulares dos direitos para que eles autonomamente e em concertação com quem os represente possam delinear estratégias de ação desde que existentes. 2.3.4. A similitude material entre o acórdão e a sentença é grande, uma vez que, geralmente, são decisões finais que esgotam o poder jurisdicional do tribunal que os tiver proferido, ressalvadas as possibilidades limitadas de intervenção pós-decisória previstas pela lei. Pelo que o conhecimento do conteúdo dos mesmos por parte do arguido é essencial, para que o mesmo possa proceder conforme lhe aprouver, nomeadamente impugnando-os perante os mesmos tribunais ou perante órgãos judiciais superiores ou especiais, organizando desta forma a sua defesa ou contraditando os argumentos neles previstos. Relativamente à sentença é pacífico que a transmissão do seu sentido e inteiro teor ao arguido tem que ser feita na sua pessoa, o mesmo não se podendo dizer da notificação do acórdão, que pode gerar mais dúvidas ainda. 2.3.5. O que leva a perguntar pelas razões que justificariam que a notificação do acórdão fosse diferente da notificação da sentença que conduzisse ao entendimento de que ao inserir a expressão “sentença” o legislador somente pretendia referir-se às decisões de órgãos judiciais singulares. Possivelmente o facto de, como regra, o acórdão ser a decisão de um tribunal superior que geralmente põe fim ao processo, em princípio não admitindo recurso ordinário ou limitando o seu âmbito, enquanto que a sentença admite um conjunto de impugnações ordinárias, pois o arguido ainda teria ao seu dispor um conjunto de medidas que poderia adotar com vista a fazer valer os seus direitos. Outro motivo poderia estar relacionado ao facto de que, como regra, a presença do arguido nos julgamentos realizados nos tribunais superiores não é obrigatória, como acontece nos julgamentos em primeira instância, pelo que seria sempre mais fácil a notificação pessoal da sentença do que do acórdão, contentando-se nesse caso a lei apenas com a notificação ao advogado que se encontre presente. Um terceiro argumento iria no sentido de que haveria um ónus a suportar pelo Estado que teria que notificar o arguido de decisões dos tribunais superiores, muitas vezes em lugar diverso do local em que se situa o tribunal, como neste caso em que o tribunal tem sede em Mindelo e o recorrente tem residência fixada na Ilha do Sal, pelo que seria mais fácil que o próprio

advogado ou defensor se encarregasse de comunicar tais decisões ao seu constituinte. Fora essas questões, o acórdão, em princípio, possui as mesmas características e gera os mesmos efeitos do que a sentença e as duas categorias de decisões colocam em cheque nos mesmos termos as posições jurídicas referenciadas. Portanto a questão relevante aqui é saber se esses argumentos seriam suficientes para legitimar um regime diferente, no sentido de não se obrigar que a notificação dos acórdãos seja feita pessoalmente na pessoa do arguido, mas apenas em seu mandatário. 2.3.6. O primeiro fundamento só seria parcialmente válido se se o pensar relativamente ao Supremo Tribunal de Justiça, o último na hierarquia dos tribunais ordinários, aquele com a palavra final no que toca à interpretação do direito ordinário, pois, em tese, um acórdão de uma Relação ainda seria passível de impugnação ordinária junto à Egrégia Suprema Corte de Justiça, pelo que, quanto a isso, essa situação não divergiria de modo significativo da que seria gerada por uma sentença. Além do mais, mesmo os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça (ou já agora os da Relação se não for possível recorrer ordinariamente) podem ser objeto de reação processual, extraordinariamente perante o próprio ou o que é mais comum através de arguições de nulidade, havendo casos não desprezíveis que envolvem questões jusfundamentais no sentido lato. Assim, abrindo a possibilidade de o poderem ainda ser perante o Tribunal Constitucional, quer através do recurso de fiscalização concreta quer através do recurso de amparo, como aconteceu com a presente queixa constitucional. Finalmente, que por força do conceito de acórdão adotado pelo Código de Processo Civil, o qual abarca qualquer decisão de um tribunal coletivo, e de existirem Tribunais Coletivos de primeira instância que geram acórdãos, a levar às últimas consequências o argumento literal de que se o legislador tivesse essa intenção o teria consagrado expressamente, as decisões de primeira instância desses órgãos judiciais também não teriam de ser notificadas pessoalmente aos arguidos. Por conseguinte, não se vê neste aspeto qualquer diferença substancial entre as duas decisões, de tal sorte que houvesse uma finalidade legítima que legitimasse uma limitação àquelas posições jurídicas fundamentais. Aliás, neste particular a conduta não só seria violadora dos direitos elencados, mas – embora isso não seja determinante para o caso – também do próprio direito ao amparo, na medida em que se, objetivamente, o arguido não tiver conhecimento de decisão de tribunal superior, porque não foi notificado pessoalmente e o mandatário resolveu por algum motivo não o informar, não poderia requerer amparo ao Tribunal Constitucional, vendo, portanto, essa sua posição jurídica completamente esvaziada”

Dáí ter concluído, neste particular, que “as duas situações são extremamente idênticas para serem tratadas de forma tão diferente. E, se não é mero capricho do legislador que a sentença seja notificada pessoalmente ao arguido para que o mesmo se possa defender, mas sim uma imposição constitucional, o é igualmente a necessidade constitucional de comunicação pessoal ao principal interessado – por ser ele o titular do direito – de acórdãos de um tribunal superior com as mesmas características e ainda passíveis de recurso ordinário, extraordinário, especial ou reclamação, sobretudo se, como ocorre neste caso, sendo uma decisão final de instância intermédia do sistema cabo-verdiano de tribunais, portanto de um tribunal da relação, poderia caber, em princípio, até recurso ordinário”, e, com base nessa premissa, considerado que “Assim, a não notificação pessoal do arguido de acórdão de tribunal superior que decide recurso incidente sobre decisão condenatória e ainda sujeito a recurso ordinário como é o caso, ainda que seja notificado o defensor, viola os direitos ao contraditório e à ampla defesa, o direito ao recurso, o direito de amparo e, em consequência, o direito à liberdade sobre o corpo”.

Contudo, por outro lado, o Tribunal esclareceu que “os efeitos dessa conclusão devem ser delimitados, porque o que interessa do ponto de vista constitucional é que um arguido titular de uma garantia de defesa em processo penal, de uma garantia de recurso em processo penal e de uma garantia a um processo justo e equitativo tomem conhecimento de uma decisão judicial impugnável ou passível de qualquer meio de reação. A forma concreta como o sistema jurídico ordinário o faz e as presunções que a este respeito acolhe desde que realizem esse fim são legítimas enquanto questões de mera legalidade. Assim, relevante é que o arguido tenha conhecimento da decisão contra ele proferida. Esta é a exigência do contraditório, da ampla defesa, do direito ao recurso e do direito ao amparo. Se o arguido não tiver tido o conhecimento de decisão do tribunal superior que confirma a sua condenação ou que decide matéria de notificação obrigatória nos termos do Código de Processo Penal, ainda que tal decisão tenha sido notificada ao seu mandatário – quer constituído quer nomeado – ele pode impugná-la, mesmo que o prazo para o fazer já tenha se esgotado com base numa definição do dies a quo na data de notificação do advogado. Entretanto, se por algum motivo, mesmo que não tenha sido notificado pessoalmente da decisão, o arguido vier a tomar conhecimento dela e nada fizer, nomeadamente chamando a atenção ao órgão responsável, solicitando a sua notificação pessoal ou mesmo impugnando a conduta através de recurso de

amparo, no prazo de que dispunha para reagir antes que transite em julgado – consideradas eventuais suspensões ou interrupções – perde por preclusão o direito de impugnar a não notificação, embora tivesse a possibilidade de ser notificado pessoalmente da decisão. A tomada de conhecimento da violação do direito não tem que ser direta e expressa, pode, perfeitamente, ser indireta, desde que se consiga averiguar que a comunicação se consumou. Por exemplo, se se consegue provar que o mandatário do arguido informou-lhe do conteúdo da decisão do tribunal superior – ónus que, entretanto, nunca deverá ser dele, mas deste órgão, pois é ele quem tinha o dever de o notificar pessoalmente de sua decisão e não o fez – mas mesmo assim ele não se dignou a reagir perante a não notificação pessoal, não se vê como assegurar que ele possa, passado o prazo para essa impugnação, requerer amparo de eventuais direitos, liberdades e garantias violados pela não notificação. As situações em que o arguido deveria ter tomado o conhecimento não são difíceis de se conjeturar, nomeadamente em situação em que se encontra em prisão preventiva e o prazo expira e o mesmo não faz nada, ou em circunstância em que o recorrente estava em liberdade, mas é detido e conduzido à cadeia civil para cumprimento de pena. Outros contextos permitiriam também presumir tomada de conhecimento, invertendo-se nestes casos específicos o ónus da prova. Seriam aqueles casos em que o arguido mantém o mesmo mandatário judicial, pois não parece crível que o mesmo não tivesse transmitido o conhecimento do conteúdo da decisão ao arguido. Em todas estas situações ao tomar o conhecimento de que o seu direito foi violado, o arguido pode adotar as medidas necessárias com vista à sua reparação. Se não o faz dentro de um prazo razoável, que, por maioria da razão, seria o prazo de que dispunha para reagir antes que a decisão transitasse em julgado, perde o direito de o poder fazer. No caso concreto, não há nada nos autos que contenha indicação de que antes do dia em que foi encaminhado por autoridades policiais para o estabelecimento prisional de alguma forma tenha tomado conhecimento da decisão condenatória, seja através de algum tipo de notificação pessoal ou até por meio da sua mandatária constituída ou que, por algum motivo, devesse ter tomado conhecimento. Seja como for, tal situação deveria sempre ser considerada pelo tribunal recorrido, a quem caberia o ónus de provar que o Senhor Luís Firmino de alguma forma tomou conhecimento, por exemplo porque foi informado pela advogada ou porque se lhe dirigiu algum tipo de comunicação nesse sentido. O facto é que nada com tal teor integra os presentes autos. Assim, não se pode concluir que a decisão teria transitado em julgado, pois o prazo cujo transcurso permitiria que se produzisse tal efeito dependeria sempre

do conhecimento pelo arguido da decisão condenatória e da sua opção ou letargia em relação à mesma. Portanto em situação em que, tendo informação a respeito de ato processual – a decisão – incidente sobre os seus direitos, opta por não reagir dentro de um determinado prazo estabelecido pela lei, nomeadamente neste caso concreto em que por se tratar de aresto de Tribunal da Relação ainda cabia recurso ordinário”.

3.3. Tendo o Tribunal lavrado entendimentos muito claros sobre a matéria, muitos dos quais assumindo o papel de razão de decidir, é fundamental, até para manter-se coerente com a sua trajetória decisória, considerá-los atendendo ao seu próprio alcance e na medida em que estiverem em causa pedidos com objeto substancialmente idêntico. Assim, evitando uma jurisprudência desviante que corresse o risco de a um tempo desconsiderar o princípio da proteção da confiança, promover a insegurança jurídica e eventualmente levar o Tribunal a conduzir-se em desconformidade com o valor do tratamento igualitário ou, no limite, a violar o direito a não se ser discriminado.

O que é decisivo no principal precedente é o facto de, apesar de não terem sido notificados, os recorrentes tomarem conhecimento de que decisão foi prolatada quanto foram notificados conjuntamente com os outros coarguidos das contas referentes às custas. Entre eles estavam os Senhores Leny Tavares e Fernando Varela e os dois recorrentes nestes autos, Senhores António Zeferino Oliveira e Rafael Alves Lima. Estes, todavia, não fizeram qualquer menção a que tivessem tomado as devidas diligências para obter o teor do acórdão e assim poderem em querendo reclamar ou recorrer. Se o fizeram não anexaram nem o seu pedido, nem a certidão judicial e tão-pouco eventual resposta negativa por parte do órgão recorrido. A Corte Constitucional também não conseguiu descortinar nos autos qualquer elemento que pudesse permitir tal conclusão.

Por isso, já na decisão de admissibilidade em que o Tribunal também se pronunciou a respeito de pedido de decretação de medida provisória, após análise necessariamente perfunctória, concluiu-se que *“a partir do momento em que tiveram conhecimento ou, pelo menos, presumiram que o Supremo Tribunal de Justiça já tinha decidido desfavoravelmente o seu recurso, reagiram no sentido e com o intuito de evitar que a decisão transitasse em julgado. Qual foi a atitude dos ora recorrentes face a alegada omissão de notificação do Acórdão n.º 39/2018? Compulsados os autos, verifica-se que a fls. 1845 a 1850 do volume VI do recurso crime comum n.º 03/2018, constam documentos segundo os quais os ora recorrentes foram notificados para, querendo,*

examinarem, a conta efetuada nos Autos do Recurso Crime n.º 03/2018, em que o recorrido é o Tribunal da Relação de Sotavento e, no prazo legal, impugnarem a quantia de 11.950\$00. Não se compreende que tendo sido notificados para examinarem as custas processuais relativas ao recurso que interpuseram, não se tenham diligenciado no sentido de tomarem conhecimento do Acórdão. Pois, não se elabora conta sem que a decisão a que se reporta tenha sido proferida. Significa que, pelo menos, indiretamente, através da notificação da conta, querendo, podiam pedir que fossem notificados e caso se mantivesse a alegada omissão de notificação podiam, inclusive, interpor diretamente um recurso de amparo, como fizeram os seus coarguidos Leny Martins e Fernando Varela (...) No caso em apreço, tendo tomado conhecimento da conta elaborada na sequência do acórdão que negou provimento ao recurso, querendo, podiam, perfeitamente, exigir que fossem notificados pessoalmente, e caso não tivessem sido, podiam lançar mão do recurso de amparo, diretamente, sem que fosse necessário deixar passar tanto tempo para depois do pedido e indeferimento da Providência de Habeas Corpus virem apresentar o presente recurso de amparo, com pedido de decretação de medida provisória. Logo após terem tomado conhecimento da prolação do acórdão através da notificação da conta, deviam ter reclamado da omissão de notificação pessoal e caso o não tivessem sido notificados, poderiam interpor recurso com fundamento na omissão de notificação pessoal. Ao deixarem passar todo esse tempo sem impugnar o Acórdão n.º 39/2019, muito provavelmente esse aresto terá transitado em julgado e provavelmente, quando requereram a Providência de Habeas Corpus e o subsequente recurso de amparo, já não estavam em regime de prisão preventiva”. Daí, o Tribunal ter concluído que “Pelo exposto, não se pode considerar que há forte probabilidade de o Acórdão n.º 48/2019, de 11 de setembro ter violado o direito ao contraditório, à liberdade sobre o corpo e à presunção de inocência por alegada interpretação e aplicação da regra prevista no n.º 2 do artigo 142.º do Código de Processo Penal”.

4. Analisando-se o primeiro segmento do mapa decisório apresentado, portanto de se saber se em abstrato é exigência constitucional que um arguido seja informado da prolação de uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça em relação a si em situações em que ainda pode reagir processualmente,

4.1. Desde já, em função desse mesmo entendimento jurisprudencial construído a partir do acórdão de admissibilidade 37/2019, de 15 de outubro, Rel: JCP Pinto Smedo,

e do *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, que se retroalimentam para firmar doutrina acolhida de forma pormenorizada em relação a um tribunal da relação que também é aplicável ao Supremo Tribunal de Justiça, a Corte Constitucional não pode endossar o entendimento do órgão judicial recorrido de que o ónus da prova de não-notificação caberia ao próprio recorrente. Longe disso, porque impor ao arguido – que supostamente não foi notificado – que faça prova desse facto negativo, numa circunstância em que o dever de praticar o ato comunicacional é do poder público que mantém no seu seio todos os elementos probatórios necessários é muito dificilmente sustentável do ponto de vista legal como, no limite, é até inconstitucional. E não é porque o processo baixou a outro tribunal que esse dever se aligeira, designadamente porque há mecanismos de cooperação institucional que podem ser utilizados para esse fim.

4.2. Os parâmetros em causa nesta situação não são os direitos genéricos que recorrentes sistematicamente têm dirigido a esta Corte sem cuidar de ajustar às situações concretas de “contraditório, liberdade e presunção da inocências”, mas sim o direito ao recurso e o direito à defesa do arguido em processo penal, ambos reconhecidos pelo número 7 do artigo 35 da Constituição que na parte relevante dispõe que o “*direito de (...) defesa em processo criminal (...) bem como o direito de recurso, são invioláveis e serão assegurados a todos os arguidos*”.

Para o que interessa ainda recortar no que à definição de parâmetros diz respeito, é entendimento deste Tribunal que apesar de não se conseguir inferir, no sentido estrito, um direito fundamental à notificação – usando a palavra no sentido normalmente usado em direito processual – desses direitos decorre posição jurídica fundamental de uma pessoa sujeita a um estatuto especial – o arguido – receber comunicações informativas do poder público, neste caso judicial, de atos que potencialmente afetem os seus direitos, liberdades e garantias e que permitem que possa utilizar mecanismos processuais penais colocados pelo sistema jurídico à sua disposição para defenderem os seus direitos, liberdades e garantias, como é o caso. Por conseguinte, a posição jurídica que pode sustentar as pretensões que os recorrentes reivindicam nos presentes autos de processo não derivam de um putativo direito abstrato à informação – sobre o qual o Tribunal não sente a necessidade de se pronunciar – mas somente daquela que, primeiro, provenha de um órgão judicial, portanto seja oficial; segundo, diga respeito a ato que os afete; terceiro, seja pressuposto de utilização de meios de reação processual.

Partindo-se do princípio de que do ponto de vista constitucional dos direitos ao recurso e à defesa o que emerge é uma posição jurídica fundamental do arguido receber comunicação de ato processual que incide diretamente sobre si, dela decorre um dever de o poder público assegurar que ele toma efetivamente conhecimento de tais decisões. O modo como se o faz em concreto fica a critério do legislador quando define o direito ordinário aplicável através do regime de comunicação de decisões judiciais que desenha. A este Tribunal parece que a melhor interpretação da legislação ordinária é que assim o fez, até porque, em princípio, é o único mecanismo que ele não só assegura que se transmite a comunicação, como também que o seu destinatário e titular do direito – o arguido – a recebe.

4.3. Mas, naturalmente, o problema que temos em mãos não tem necessariamente que ver com a intenção do legislador ao definir o regime jurídico infraconstitucional. Mas, antes, o de saber se dentro da discricionariedade interpretativa que a norma faculta, a orientação concreta que o órgão judicial recorrido chegou – independentemente de ser este o sentido normativo que decorre do preceito interpretado – viola ou não as normas constitucionais subjacentes à regra jurídica que serve como razão de decidir.

4.3.1. Portanto, deste ponto de vista, o que releva para este Tribunal e que recai debaixo da sua jurisdição – constitucional por excelência – é se a interpretação concreta lançada pelo órgão judicial recorrido logra acomodar as exigências dos dois parâmetros constitucionais indicados, isto é, de haver um ato de comunicação, independentemente da sua forma, que parte do Tribunal e a sua receção por um destinatário, neste caso o arguido. Naturalmente, reitera-se que a melhor forma de garantir que isso aconteça é através da interpretação que infere da norma legal um dever de notificação, portanto de uma comunicação direta entre o órgão judicial e o arguido. Contudo, por hipótese, poderia ser aceitável do ponto de vista constitucional a ideia de que se notificando o mandatário este transmitirá a informação ao seu constituinte ou até acolher a ideia de que se presume que quem mantém o mesmo advogado é informado de uma decisão do Tribunal; ou até que poderá ter efeito similar a notificação das contas referentes às custas ou até a inação do arguido perante um decurso excessivo de tempo sem receber notificação do tribunal a respeito da decisão do seu recurso. Mas, qualquer dessas alternativas interpretativas sendo toleráveis em si, não deixam de comportar os seus ónus para o próprio Tribunal os quais não podem ser transferidos aos arguidos. Nomeadamente de lhe caber provar que o

arguido recebeu a comunicação e de estabelecer o *dies a quo* de qualquer prazo no dia em que ela se efetiva, absorvendo, assim, os efeitos da sua inação. Nesta conformidade, a ele se impõe inserir no processo elementos que atestam de alguma forma a efetivação da comunicação e começar a contar os prazos de reação somente a partir desse momento.

O que não pode acontecer é estabelecer-se, por meio de interpretação um sistema em que a comunicação de atos processuais gravosos é feita exclusivamente por meio de mandatário, fiando-se no profissionalismo deste para os transmitir aos seus constituintes e no quadro de um esquema de garantias de eficácia baseado em sanções disciplinares corporativas e civis.

Outrossim, ao mesmo tempo que este Tribunal entende que a melhor interpretação legal da disposição é a de que se exige notificação a arguidos de acórdãos de tribunais superiores, incluindo do Supremo Tribunal de Justiça, admite que a questão tem dimensões ordinárias, salvaguardando-se o poder de os tribunais judiciais fixarem-nos soberanamente. Todavia, mesmo quando isso aconteça, do ponto de vista dos direitos, liberdades e garantias, o poder público não se pode exonerar de garantir que de forma direta ou indireta o arguido tenha a informação ou deva, na sequência da prática de um outro ato, saber que essa decisão já tenha sido prolatada, podendo desencadear as diligências necessárias a obtê-la em seguida. Disso podem até decorrer presunções constitucionalmente compatíveis, como as já arroladas de tomada de conhecimento da prolação de uma decisão com as consequências advenientes. Já não é aceitável a ideia de que seria compatível com os direitos elencados a mera notificação do mandatário sem que se tente assegurar que o próprio titular dele tenha conhecimento.

4.3.2. Dito isto, e desde que ressalvados os efeitos em termos de ónus de prova e de regime de prazos, o Tribunal Constitucional não consegue endossar a interpretação feita pelo Egrégio Pretório *a quo* do número 2 do artigo 142 do Código de Processo Penal, pelo menos na perspetiva de os seus deveres se extinguirem com a notificação ao mandatário do arguido independente deste ter ou não ter transmitido a comunicação ao arguido. O órgão judicial *a quo* sustenta textualmente que tem uma interpretação restritiva do artigo, pois, na medida em que o legislador ao usar a expressão “*sentença*” estaria a excluir os acórdãos, pelo menos os do Supremo Tribunal de Justiça, pela fundada razão deste ser um órgão judicial que decide somente sobre o direito. Através do *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e*

à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, o Tribunal já se tinha confrontado materialmente com esta situação e considerou que não haveria qualquer razão para diferenciar, nesta matéria, uma sentença de um acórdão, com a consequência constitucional específica de que se dispensaria a necessidade de se comunicar a decisão potencialmente afetante do direito, liberdade e garantia ao próprio titular de uma posição jurídica passível de afetação.

A única distinção radicaria no facto de aquela decisão ter como elemento fáctico uma decisão de um tribunal de relação e este caso somos confrontados com uma decisão do próprio Supremo Tribunal de Justiça, o órgão de topo da estrutura dos tribunais judiciais. Apesar de o Tribunal ter acolhido um pronunciamento vasto que abrangeria qualquer tribunal judicial, não estando este entendimento relacionado à causa de pedir ou sequer ao pedido, já que estes estavam diretamente associados à ausência de notificação de uma decisão do Tribunal da Relação e não ao órgão superior recorrido.

A especialidade desta última Cúria radicaria, na opinião acolhida pelo aresto recorrido, não só no argumento mais simples de que a presença dos arguidos nas audiências que se realizam no Supremo Tribunal de Justiça é dispensada pela lei, e porque, como sublinha, “*em regra*”, “*não julga matéria de facto, que é da competência exclusiva dos tribunais da relação*”, mas sobretudo da ligação tecnicamente elaborada que o acórdão recorrido estabelece entre essas premissas e o facto de que “*nada justificaria a notificação pessoal de quem nada pode solicitar numa instância que somente debruça sobre matéria de direito, senão através do seu defensor, quando é certo que os ora requerentes não podem suscitar em requerimento pessoal qualquer questão de direito*”.

O Tribunal Constitucional, enquanto tal, não tem nada a dizer em relação a esse argumento, válido como construção jurídica. Porém, remetendo ao *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, reiteraria que o que está em causa do ponto de vista constitucional – o único que interessa ao presente órgão – não é se os recorrentes podiam suscitar questões de direito através de requerimentos pessoais pré ou pós-decisórios ao Supremo Tribunal de Justiça. Antes de saber se, havendo ainda mecanismos de reação ao seu

dispor, deveriam ser informados da decisão para que possam autonomamente decidir o percurso processual a seguir. Podendo se conformar com a decisão é verdade, mas também com abertura para optarem por arguir nulidades do acórdão através de reclamação ou até eventualmente interpor qualquer recurso especial, nomeadamente um recurso de fiscalização concreta ou um recurso de amparo. Naturalmente, nos casos em que há imposição legal fá-lo-ão necessariamente através de mandatário devidamente constituído; quando puderem optar, poderão fazê-lo desta forma ou até através de punho próprio como acontece com o recurso de amparo.

O que não pode acontecer, do ponto de vista constitucional, é sonegar-se a informação ao principal interessado, sobre o qual recairão os efeitos de uma decisão negativa em sede criminal que interfere diretamente sobre um dos seus direitos mais básicos, a liberdade sobre o corpo, que a própria Lei Fundamental classifica de inviolável, sem que ele tome conhecimento, colocando a sua sorte nas mãos de um advogado que, por diversos motivos, poderá escolher, à margem de qualquer concertação com o titular do direito ao recurso, não utilizar os mecanismos processuais disponíveis. Outrossim, do ponto de vista desse direito, liberdade e garantia e do direito de defesa do arguido é exigência constitucional que o arguido seja informado de tal decisão e de forma autónoma participe das decisões fundamentais processuais que ainda se possa tomar, nomeadamente, havendo divergência quanto à condução da defesa, de substituir o seu mandatário por quem se conforme ao que ele pretenda fazer.

4.3.3. Entende-se naturalmente as preocupações do órgão recorrido no que diz respeito à interpretação das normas do Código de Processo Penal e de encontrar nomeadamente razões para impedir que a técnica de interpretação literal utilizada para extrair o sentido da palavra “*sentença*” do número 2 do artigo 142 não contagie igualmente uma possível interpretação literal da mesma palavra aplicável também aos acórdãos dos tribunais coletivos, pois, neste caso, entende que “*não se pode destacar a circunstância de as decisões proferidas pelo tribunal coletivo, s[erem] ainda tratadas como sentença que é lida publicamente na sala de audiência, nos termos do n.º 3, e essa leitura equivalerá à sua notificação aos sujeitos processuais presentes na audiência, ou que, como tal, devam ser considerados, com subsequente depósito na Secretaria, nos termos dos n.ºs 4 e 5 todos do art.º 401º do CPP. Quer isso significar que a decisão definitiva do tribunal coletivo é ainda uma sentença, com alguma especialidade, é certo,*

em relação à sentença do juiz singular, mas uma sentença. Já acórdãos, com propriedade, são as decisões proferidas pelos tribunais superiores, designadamente, dos Tribunais da Relação e do STJ. E tal entendimento vem concretizado no artigo 468º, determinando que deliberação e votação seguem as disposições aplicáveis em julgamento no tribunal coletivo”. Também aqui o Tribunal Constitucional não teria qualquer reticência em acolher esta tese, até porque também já havia considerado, através do *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, que seria absurdo qualquer entendimento de que por ser um acórdão, a decisão do tribunal coletivo não teria de ser notificada.

O problema aqui tem que ver com a relutância em estender estes entendimentos às decisões do Supremo Tribunal de Justiça. E é aqui é que não se consegue sufragar a conclusão que o aresto impugnado acolhe. Pois o que este importante percurso por outras normas aplicáveis do Código de Processo Penal mostra é que: primeiro, o legislador ordinário entendeu, ao concretizar especificamente as normas constitucionais conexas já citadas que, independentemente da forma da decisão, o recorrente, seja por estar presente na audiência de julgamento onde é lida a sentença, como acontece com qualquer decisão de primeira instância, seja ela singular ou coletiva, seja por via de qualquer outra forma de comunicação, tenha dela conhecimento; segundo, que, por este motivo, havia outras alternativas hermenêuticas que o aplicador da norma, neste caso o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, poderia ter seguido, como fez, e muito bem, em relação à expressão “sentença” quando aplicada aos tribunais coletivos de 1ª instância, os quais não deixam também de prolar “acórdãos”.

A questão é que pelas próprias palavras do órgão recorrido, e ancorando-se na sua própria tradição e, segundo argumenta, na jurisprudência dos tribunais portugueses, nesta matéria adota um entendimento restritivo do número 2 do artigo 142 e, arguivelmente, das demais normas arroladas. Legítimo que se acolha tal interpretação, nas partes em que a definição desse sentido não tenha lastro constitucional. Todavia, como o Tribunal Constitucional já assentou várias vezes, é obrigação de qualquer órgão judicial de aplicação do direito, desde que tenha espaço hermenêutico, interpretar as normas legais conexas com direitos, liberdades e garantias, adotando os sentidos que os protegem de forma mais intensa. Aqui, o que tivemos foi precisamente o contrário, pois o órgão *a quo*

optou por acolher expressamente um sentido restritivo da expressão normativa em causa, o que poderia levar à vulneração dos direitos ao recurso e à defesa.

E mesmo não sendo legítimo num sistema jurídico de base constitucional fixar cânones de interpretação de normas de direitos, liberdades e garantias em função de técnicas previstas pelo Código Civil, haja em vista a imposição constitucional supramencionada, o facto é que mesmo a aplicação do artigo 11º deste instrumento codificador de origem portuguesa na medida em que admite “*interpretação extensiva*”, decorrente, para usar as palavras de um dos seus principais comentadores, da “*necessidade de estender as palavras da lei, reconhecendo que elas atraíram o pensamento do legislador que, ao formular a norma, disse menos do que efetivamente pretendia dizer*” (Pires de Lima & Antunes Varela, *Código Civil Anotado*, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, v. 1, p. 60), conduziria ao mesmo sentido normativo, ou seja, de que se podia amplificar o alcance da norma neste caso.

4.3.4. Por conseguinte, o próprio Supremo Tribunal de Justiça é destinatário da obrigação decorrente do direito à defesa e ao recurso do arguido em processo penal a comunicar ao arguido decisões que afetem os seus direitos, liberdades e garantias e tinha espaço hermenêutico para se conduzir neste sentido. Não o fez, preferindo adotar uma interpretação mais restritiva que que esta Corte Constitucional parece ser contrária ao texto constitucional, levando-nos a reafirmar, com os *Acórdãos 37/2019, de 15 de outubro*, Rel: JCP Pinto Semedo, e com o *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro*, Rel: JC Pina Delgado, que, do ponto de vista constitucional de proteção das garantias do arguido ao recurso e à defesa, decorre exigência de ele tomar conhecimento de que uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça que lhe diz respeito foi prolatada nas situações em que ainda existam meios de tutela passíveis de serem utilizados para preservar as posições jurídicas de que é titular.

5. Ocorre, porém, que, em concreto, esta não é uma questão abstrata de determinação de qual sentido normativo seria mais ajustado a esses direitos, liberdades e garantias. Outrossim, estando, do ponto de vista desta Corte Constitucional, a questão estabilizada neste momento, o problema é saber se os recorrentes nos autos, os Senhores António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima, mantinham essa posição jurídica fundamental no momento em que ocorreu a putativa violação.

5.1. A mesma, por motivos evidentes, depende de uma qualidade que nem todos os titulares abstratos têm, a de no momento em que ocorre o ato supostamente vulnerador do poder público, estarem sujeitos ao estatuto processual penal de arguidos, o qual, como se sabe tem um início, que depende de constituição como tal nos termos do artigo 76 do CPP, e um fim, no momento em que uma decisão prolatada também por um poder judicial se torna definitiva para quem estiver nessa posição ou porque dela já não cabe qualquer meio de reação ordinário, equiparado ou ainda especial ou porque havendo ele não é exercido dentro dos prazos previstos pela Lei.

Isso pode ocorrer nomeadamente porque uma pessoa ainda com estatuto de arguida, tendo sido informada de decisão com tal teor, conforma-se, dada a inexistência de qualquer recurso ou opta por não a atacar. Neste caso, não existem dúvidas que ainda havia possibilidades de reação. Se eram viáveis ou não o Tribunal não se pronuncia. Portanto, a questão a saber é se efetivamente o recorrente dela tomou conhecimento, podendo, a partir disso, desencadear os mecanismos necessários para proteger os seus direitos, liberdades e garantias.

5.2. O Tribunal Constitucional pode estabelecer com base nos elementos constantes dos autos e por aplicação do ónus de prova que cabe ao órgão judicial recorrido que os recorrentes não foram notificados da decisão condenatória. Logo, a questão a saber é se de algum modo tomaram conhecimento da existência do acórdão, de tal sorte a poderem promover as diligências necessárias a solicitarem junto ao órgão judicial decisório o seu teor, como, de resto, fizeram os seus coarguidos.

5.2.1. Compulsados os autos verifica-se que, conforme decisão de 13 de novembro de 2017 de ff. 1643-1671 verso do volume VI dos Autos do Processo Principal, o Tribunal da Relação negou provimento a recurso de decisão criminal condenatória interposto pelos Senhores António Zeferino de Oliveira, Rafael Alves Lima, Leny Tavares Martins, Pavel Kontradiev, Francisco Lopes Tavares e Fernando Varela. Dessa decisão estes arguidos recorreram, representados por advogados comuns ou por mandatários diferentes. Se até aqui nada de fundamental se identifica para efeitos estritos do presente recurso, a relevância dos atos comunicacionais posteriores ao *Acórdão STJ 39/2018, de 12 de outubro*, ff. 1786-1812 do Volume VI dos Autos do Processo Principal é decisiva.

Notando-se que a Veneranda Juíza Relatora determinou por meio de despacho de f. 1815 datado desse mesmo dia que os recorrentes “*nas pessoas dos seus mandatários*” fossem notificados do supramencionado aresto. O mesmo foi cumprido no mesmo dia e modo determinado pela Ilustre Relatora – isto é, “*na pessoa dos seus mandatários*” – quanto aos atuais recorrentes e aos arguidos Leny Martins e Fernando Varela, ato devidamente atestado não só pela informação dos servidores da justiça envolvidos, como pela aposição de assinatura dos causídicos que consta de f. 1815 v. do mesmo volume dos autos do processo principal. Não deixa de ser relevante que um dos coarguidos, Fernando Varela, através de requerimento assinado pelo seu mandatário e autuado a f. 1820, reclamou de ter sido notificado através de mandatário incorreto, dado que o que tinha procuração nos autos e recebeu a comunicação já não exercia sequer a profissão de advogado.

5.2.2. A partir desse ponto, as reações dos coarguidos foram distintas, tendo um deles, o Sr. Francisco Lopes Tavares Vieira Moreira, em seguida, interposto um recurso de fiscalização concreta que consta das ff. 1822 e 1823. Logo a seguir, por meio de despachos de f. 1845 e 1854, a Juíza Relatora determinou que os recorrentes, neste caso pessoalmente e por meio dos seus mandatários, fossem notificados das contas efetuadas, mormente as que constam das ff. 1839 e 1840 referentes aos dois recorrentes e aos coarguidos Leny Tavares e Fernando Varela. A certidão de f. 1850 de 12 de fevereiro de 2019, e 1854 v. que não foram postas em causa nos presentes autos atesta, através da assinatura dos mesmos, que os quatro foram notificados pessoalmente dessa decisão e do seu teor, o mesmo ocorrendo com os seus mandatários.

A partir desse momento, os dois coarguidos, Leny Tavares e Fernando Varela, tomando conhecimento de que, por motivos evidentes – pois só assim receberiam uma notificação relativa às contas efetuadas – já tinha sido decidido o seu recurso, empreenderam as diligências necessárias a receberem o acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Através de Pedido de Notificação de f. 71 de 1 de abril de 2019, constantes dos Autos de Recurso de Amparo nº 14/2019 requereram que fossem notificados, considerando-se o que se consegue extrair do segmento dos autos segundo o qual eles “*uma vez notificados para procederem ao pagamento da quantia de 11.950\$00, referente às custas do processo, vêm requerer a Vossa Excelência informação sob[r]e o estado do processo, ou seja, se já houve decisão final ou não, uma vez que até à presente*

data os mesmos não foram notificados de nenhum despacho proferido nos autos, razão pela qual requerem também, nos termos dos artigos 141º nº 5, todos do CPP, havendo acórdão a notificação dos mesmos, uma vez que os arguidos são parte interessad[a] no processo, e, têm todo interesse em saber em primeira mão de qualquer decisão do processo que lhes [...] respeitam]”.

Se uma reação desta natureza cerca de 45 dias depois de arguidos terem tomado conhecimento de que fora proferida decisão a respeito do seu recurso ainda mantém intacto esse estatuto, não passando ao de condenado, é uma questão que o Tribunal teve de se pronunciar em sede de pedido de decretação de medida provisória, atestando a forte probabilidade, mas ainda não decidiu de forma definitiva. A verdade é que, para o que interessa, a situação presente é muito menos evidente, posto que os Senhores Leny e Fernando Varela, além de terem tentado infrutiferamente, perante a interpretação do órgão recorrido, a sua notificação pessoal, interpuseram, logo a seguir, um recurso de amparo, demonstrando claramente a sua inconformação em relação à aplicação de normas com conexão constitucional pelo tribunal *a quo*.

5.2.3. Os recorrentes nestes autos, como já se tinha estabelecido através do acórdão de admissibilidade (de número 37/2019, de 15 de outubro, Rel: JCP Pinto Semedo), também foram notificados da conta que foi efetuada para efeitos de eventual impugnação – o que pressupõe um acórdão. Portanto, os juízes desta Corte não podem chegar a outra conclusão a não ser que pelo menos no dia 12 de fevereiro de 2019 já tinham tido conhecimento de que o seu recurso já tinha sido decidido.

Nesta conformidade, uma coisa seria sustentar que não haveria trânsito em julgado pelo facto de um recorrente não ter agido processualmente por não ter tido conhecimento de uma decisão, de tal maneira que o seu recurso ordinário, equiparado ou especial impedisse a produção de tal efeito; outra coisa é chegar-se à conclusão de que em situações em que os recorrentes tomam conhecimento de uma decisão, ainda que não seja por meio de notificação da mesma, e optam, estrategicamente ou não, por se manter passivos em relação à mesma, o mesmo efeito se produziria. Se perante tais informações, só depois de algum tempo, por qualquer motivo, resolvem suscitar a questão, não podem pretender que consumada uma alteração de estatuto ainda preservam os direitos que ao

mesmo estão intimamente associados. Deixando de ser arguidos em razão do trânsito em julgado decorrente da sua conformação já não o podem recuperar. E, sendo assim, também não as posições jurídicas conexas à condição de arguido, a menos que também sejam um direito de uma pessoa sujeita a sanção criminal, um condenado em cumprimento de pena. Portanto, em tais cenários, o que acontece é que as pessoas já não são titulares de uma posição jurídica fundamental à defesa e ao recurso em relação ao processo condenatório pela razão lógica de que já não são arguidos, mas condenados em situação de cumprimento de pena legitimamente imposta pelo Estado.

5.4. Por conseguinte, os Senhores António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima ao terem tomado conhecimento da conta referente às custas processuais do recurso que interpuseram junto ao Supremo Tribunal de Justiça e permanecido inertes, não solicitando que fossem notificados pessoalmente e, dependendo do desfecho desse pedido, recorrendo aos mecanismos de reação processuais ordinários ou especiais previstos e que cobrem qualquer tipo de conduta do tribunal que não os notificou, ocasionaram a preclusão do seu direito ao recurso e, logo, a constituição de um caso julgado parcial em relação a si. E, por se tratar de um recurso pessoalíssimo, do facto de coarguidos no mesmo processo terem atuados em moldes a impedir a constituição de coisa julgada para si não opera qualquer extensão necessária para beneficiar os ora recorrentes.

Se no quadro de um juízo de admissibilidade, o Tribunal não excluiu completamente a possibilidade de haver algum mérito no pedido de amparo que os recorrentes colocaram, com mais tempo de reflexão, mas ainda perante os mesmos dados que foram identificados nessa decisão, não se consegue acolher entendimento de que o amparo merece ser estimado.

Não há, pois, qualquer margem para se conceder o amparo suplicado, pois, sendo discutível do ponto de vista da interpretação do direito ordinário, que o Supremo Tribunal de Justiça não tenha um dever de notificar pessoalmente um arguido das suas decisões, pois a sua liberdade hermenêutica permitia-lhe encontrar uma solução que melhor acolhesse o efeito expansivo dos direitos, liberdades e garantias em causa, garantindo uma comunicação efetiva, porque consumada, com o arguido. Ao fazê-lo nos moldes em que o fez, acolheu uma interpretação incompatível com as posições jurídicas emanantes

desses direitos. Porém, não se pode dizer que com isto violaram qualquer direito de titularidade dos recorrentes nos autos. Isso, pela singela razão de que estes, deixado de ser arguidos, mas condenados em cumprimento de pena, em razão da sua própria conduta processual já não usufruíam das posições jurídicas que a Constituição garante aos arguidos, as quais se delimitam pelo trânsito em julgado de uma decisão a eles concernente.

6. Este quadro permite, todavia, promover uma discussão complementar que se relaciona a necessidade de se utilizar a possibilidade prevista pelo número 3 do artigo 25 da Lei do Amparo e do Habeas Data construído em termos segundo os quais “*se o Tribunal reconhecer que o ato ou omissão objeto de recurso de amparo foram praticados por determinação ou em cumprimento de uma norma jurídica ou de uma resolução de conteúdo normativo individual e concreto inconstitucional ou ilegal, deverá no acórdão ordenar a remessa do processo para o Procurador-Geral da República para a fiscalização sucessiva e concreta da constitucionalidade da referida norma ou resolução*”.

6.1. Possibilidade a que o Tribunal recorreu várias vezes, tanto nos casos em que desestima o pedido de amparo, quando parece ser mandatório, como nos casos nos quais o concede, mas entende haver interesse público no expurgo da norma do ordenamento jurídico, bastando que se atente aos seguintes arestos desta Corte: Acórdão nº 10/2018, de 3 de maio, *Joaquim Wenceslau v. STJ*, Rel: JP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, para. 3. Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, *Martiniano v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 6. Acórdão nº 24/2018, de 13 de novembro, *Alexandre Borges v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/para. 5.1. e Acórdão nº 27/2018, de 20 de dezembro, *Judy Ike Hills v. STJ*, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178/para. 10; Acórdão nº 30/2019, de 30 de agosto, *AGAM v. PGR*, Rel: JC José Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, nº 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789/para. 6.9).

6.2. Neste caso concreto, é muito provável que a norma que o Tribunal aplicou na exata aceção interpretativa de que a notificação de acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, mesmo existindo ainda mecanismos de reação processuais disponíveis, pode ser feita exclusivamente ao mandatário do arguido, sem que este tenha de receber essa informação para que possa autonomamente decidir a respeito da sua utilização, padeça de vício de inconstitucionalidade por ser incompatível aos direitos ao recurso e à defesa garantidos ao arguido pela Lei Fundamental da República.

Isto porque, nomeadamente em razão dos argumentos já avançados pelo *Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, “*as duas situações são extremamente idênticas para serem tratadas de forma tão diferente. E, se não é mero capricho do legislador que a sentença seja notificada pessoalmente ao arguido para que o mesmo se possa defender, mas sim uma imposição constitucional, o é igualmente a necessidade constitucional de comunicação pessoal ao principal interessado – por ser ele o titular do direito – de acórdãos de um tribunal superior com as mesmas características e ainda passíveis de recurso ordinário, extraordinário, especial ou reclamação, sobretudo se, como ocorre neste caso, sendo uma decisão final de instância intermédia do sistema cabo-verdiano de tribunais, portanto de um tribunal da relação, poderia caber, em princípio, até recurso ordinário*”.

6.3. Contudo, esta é uma situação diferente das anteriores, posto que o facto é que neste caso concreto tal razão de decidir não se mostra objetivamente necessária para sustentar uma decisão de indeferimento de pedido de *habeas corpus*. Designadamente porque, como já se decidiu, no momento em que os recorrentes a colocaram eles já haviam – por inércia própria – deixado de beneficiar do estatuto de arguido e dos direitos, liberdades e garantias que lhe são próprios. Nesta conformidade, o Tribunal não pode utilizar a possibilidade de uma remessa formal ao Ministério Público a que se refere o número 3 do artigo 25 da *Lei do Amparo e do Habeas Data*, reconhecendo, porém, o interesse geral em se promover a fiscalização abstrata sucessiva por quem para tal tenha legitimidade.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem que o Tribunal recorrido ao considerar que os recorrentes não estavam a ser mantidos em prisão fora dos prazos legais não violou as garantias à defesa e ao recurso, porque no momento em que requereram soltura imediata, por via do pedido de *habeas corpus*, a parte da decisão condenatória que lhes dizia respeito já tinha constituído caso julgado.

Registe, notifique e publique.

Praia, 23 de abril de 2020

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de maio de 2020.

O Secretário

João Borges